

O REGIME POLÍTICO DA SEXUALIDADE NO GIRO DECOLONIAL: INVESTIGANDO AS PRÁTICAS E POLÍTICAS EM SAÚDE SEXUAL A PARTIR DA ANTROPOLOGIA DA DOMINAÇÃO

XXIII Encontro da ABRAPSO Minas - Psicologia Social Crítica e interseccionalidade: violências, resistências e perspectivas, 23ª edição, de 20/04/2023 a 22/04/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-029-8

MORAIS; Ana Luiza ¹, PERUCCHI; Juliana ²

RESUMO

Neste trabalho, que se alinha à proposta dos Grupos de Trabalho, no eixo temático “Psicologia social crítica, política e direitos humanos”, apresentamos os resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado no escopo dos processos psicossociais em saúde. Nos intrigava o que acontece no campo da saúde sexual para que a assistência tenha recorrentes lacunas em seu sistema, ainda que pesquisas científicas, diretrizes normativas e políticas públicas tenham sido vertiginosamente produzidas nessa área. Não nos parecia apenas uma questão de falhas na implementação, apesar do projeto de desmonte do Sistema Único de Saúde. Partindo da lente da colonialidade de gênero, conjecturamos que os regimes políticos construídos e endossados em torno da sexualidade no campo da saúde provocam gargalos e engasgos para a garantia dos direitos sexuais em integralidade e de forma interseccional. Objetivamos, então, investigar os enunciados de saúde sexual que emergem das políticas públicas e das concepções de profissionais da Atenção Primária em Saúde, buscando identificar a colonialidade presente no regime político da sexualidade. No esforço de empreender uma metodologia feminista decolonial, seguimos a proposta da antropologia da dominação, que toma como objeto de investigação os mecanismos de reprodução da colonialidade e da narrativa da modernidade. Nesse sentido, examinamos o texto das políticas públicas produzidas no campo da saúde sexual e as compreensões de profissionais da Atenção Primária em Saúde sobre a prática nesse campo, por meio de entrevistas semi-estruturadas em profundidade. A genealogia do poder, a análise do discurso e a interseccionalidade a partir da perspectiva feminista decolonial guiaram o trabalho analítico, sustentado sobre a estratégia da bricolagem em pesquisa qualitativa. Em linhas gerais, os resultados preliminares sugerem que sexualidade e saúde sexual são enunciados frequentemente evocados, mas que carecem de definições críticas que levem em conta a interseccionalidade. A postura acrítica diante desses constructos favorece a reprodução de normativas do regime político da sexualidade em sua lógica colonial-moderna. Ou seja, a construção da mulher-mãe-esposa-cis-heterossexual, à imagem da mulher burguesa, enquanto sujeito universal de políticas públicas está amalgamada aos enunciados sobre saúde sexual. A partir disso, a não-reprodução no campo dos direitos emerge como um fenômeno emaranhado ao lugar da mulher-mãe-esposa, denunciando o apagamento do acesso à não-reprodução como um direito pleno em si mesmo, com o qual as mulheres dialogam de formas muito distintas a partir de suas posições sociais. A “diversidade sexual”, por sua vez, emerge como um apêndice na abordagem à saúde sexual destinado às não correspondências ao regime cis-heterossexual, o que denuncia o entendimento aprioristicamente normativo para a sexualidade. Em suma, percebemos que o regime político da sexualidade organiza a execução dos direitos sexuais no campo da saúde, de modo que as normativas para a identidade de “mulher”, “mãe” e “esposa” são reproduzidas ao mesmo tempo em que são hipostasiadas, fazendo evidenciar a estreita relação entre a saúde sexual e o controle dos corpos das mulheres. Finalmente, a organização da saúde sexual atua na re-produção da “mulher” como identidade colonial-moderna, o que obstaculiza a garantia dos direitos sexuais em integralidade.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, morais.analuiza@outlook.com

² Professora doutora no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, jperucchi@gmail.com

